

## RESOLUÇÃO GPGJ Nº 2.316, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

*Altera a nomenclatura do Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (IEP/MPRJ), que passa a denominar-se INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ROBERTO BERNARDES BARROSO (IERBB/MPRJ).*

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que o Procurador de Justiça aposentado Roberto Bernardes Barroso, falecido em 07 de outubro de 2019, exerceu suas funções por mais de trinta anos de forma diligente e combativa, ostentando trajetória profissional marcada por referências elogiosas em tributo a sua eficiência, probidade e à relevância dos serviços prestados;

**CONSIDERANDO** que o referido Procurador de Justiça foi Consultor de Assuntos Institucionais e de Direito Público e 2º Subprocurador-Geral de Justiça, respectivamente, nos períodos de 16/04/1984 a 15/07/1986 e 16/07/1986 a 13/03/1987, tendo exercido, ainda, por diversas ocasiões, funções de assessoria junto aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;

**CONSIDERANDO** que o aludido membro desempenhou importante atividade acadêmica e de ensino, ministrando aulas e sendo autor de escritos jurídicos publicados em revistas especializadas, tendo integrado, ainda, bancas examinadoras de concursos para ingresso na classe inicial da carreira deste Parquet;

**CONSIDERANDO** o que consta do Procedimento MPRJ nº 2019.01371044,

### **R E S O L V E**

**Art. 1º** - O Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (IEP/MPRJ), criado pela Resolução GPGJ nº 1.903, de 14 de março de 2014, passa a denominar-se INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ROBERTO BERNARDES BARROSO (IERBB/MPRJ).

**Art. 2º** - A Secretaria-Geral do Ministério Público, por intermédio de sua Assessoria de Patrimônio Imobiliário, adotará as providências formais necessárias ao cumprimento do disposto no artigo anterior.

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2019.

José Eduardo Ciotola Gussem  
Procurador-Geral de Justiça